

O fenómeno da individuação nos processos de padronização das línguas*

Carles CASTELLANOS i LLORENÇ
(Universitat Autònoma de Barcelona)

O estudo dos processos de padronização das línguas apresenta um fenómeno central de uma certa complexidade —a que neste estudo damos o nome de “individuação”—, que faz com que um conjunto de falas se associem e devenham susceptíveis de gerarem uma língua padrão. Através da descrição de diferentes realidades linguísticas, bem como da observação da dinâmica sociolinguística que nestes casos acontece, esboçamos aqui uma aproximação deste fenómeno.

A NOÇÃO DE LÍNGUA PADRÃO

Neste breve estudo não podemos aprofundar nos múltiplos aspectos que têm vindo a configurar a noção de língua padrão; precisaremos apenas que a evolução deles é muito prolongada: o termo *standard*** aplicado à língua apareceu na língua inglesa em 1711 —segundo as informações que fornece Joseph (1987: 3-7)—, utilizado por Anthony Ashley Cooper, quem diz, referindo-se aos gregos, *they brought their beautiful and comprehensive Language to a just Standard...The Standard was in the same proportion carry'd into other Arts*; a segunda testemunha, de 1742, é fornecida por Richard West, quem escreveu, referindo-se à língua francesa de Racine, *is the language of the times, and that of the purest sort; so that*

(*) *El fenomen de la individuació dins els processos d'estandardització lingüística*. Traduzido do catalão por Oscar Diaz Fouces.

(**) Utilizamos aqui as formas *padrão* e *padronização* pelas formas inglesas *standard* e *standardization*, em lugar dos decaques *estândar(d)** e *estandar(d)ização**, pelos que têm optado umas outras línguas românicas (p.ex., o catalão do original), para harmonizarmos com a proposta da Associação Portuguesa de Linguística (Xavier & Mateus [orgs] 1990. *Dicionário de Termos Linguísticos*. Lisboa: Cosmos, 277). (N. do T.).

his French is reckoned a standard. Mais tarde (1838-39), Henry Hallam refere-se ao dicionário da Academia Francesa nos termos de *the most received standard of the French language*.

Nestes exemplos e nos que se sucederam pela Europa (tirados da língua inglesa) a meados do século XIX, o sentido do termo fazia referência principalmente aos conceitos de “fixação” e de “permanência” (decerto, a causa das conotações da raiz *stand* na língua germânica originária), bem como ao conceito de “modelo”.

Mais tarde, o termo *standard* foi-se inclinando mais claramente, nas suas aplicações linguísticas, para o sentido de “ponto de referência no que diz respeito à qualidade”.

O aparecimento do termo composto *standard language* (língua padrão) é ainda posterior. O autor que acima citámos lembra-nos a introdução (*Proposal*) do *Oxford English Dictionary* de 1858 como antecedente, e a extensão posterior da designação, geralmente em conexão com o citado projecto do *Oxford English Dictionary*.

Joseph explica a extensão do termo *standard language* na língua inglesa como resultado da democratização dos usos linguísticos que acompanhou a Revolução Industrial, já que, numa nova situação em que muitas barreiras sociais ficaram ultrapassadas, já nem eram tão úteis as velhas designações de “língua literária”, ou “inglês da rainha”, conotadas demais como minoritárias, reduzidas ao cultivo literário ou ao âmbito da aristocracia. Por outro lado, também não teria sido fácil espalhar umas designações como “língua nacional” ou “língua comum”, utilizadas noutros países, já que a extensão do inglês no império colonial dava-lhe um carácter amplamente supranacional, para além da conexão e do sentido comunitário de uma entidade nacional homogênea.

Joseph (1987: 6) sintetiza finalmente, em número de nove, as características da designação *standard x* (que corresponderia com a nossa designação “x padrão”, quer dizer, “Inglês padrão”, “Italiano padrão”, “Catalão padrão”, “Francês padrão”, etc). Não as mostraremos aqui com todos os pormenores. Lembraremos apenas os aspectos mais salientáveis delas:

- Tem de existir aquilo a que Joseph dá o nome de “sinédoque” (a “indivisão”, na nossa terminologia), no que diz respeito à relação estabelecida entre a língua padrão que corresponder e uns dados dialectos. Dessa óptica, os utentes da língua “x” reconhecem uma quantidade significativa de formas padrão, valorizadas positivamente com relação às outras variedades dialectais com que elas concorrem.
- Só existirá um padrão, se as formas citadas no parágrafo anterior forem codificadas, legisladas, registadas e susceptíveis de utilização pelos utentes, existentes ou potenciais. A existência do padrão implica o uso regular de um sistema de escrita. Esta codificação quer que as pessoas que agem como forças de estabilização linguística tenham funções culturais estabelecidas no seio da comunidade.
- Tem de considerar-se, também, o prestígio cultural que se associa a alguns aspectos da cultura própria, ou a aspectos assimilados a umas outras cultu-

ras. Em função disso, a língua padrão tem de ser alvo das mudanças necessárias, de modo a ser estas funções comparáveis com as que existem na língua que é tomada como modelo.

O nosso estudo ocupa-se com a descrição do processo de aparecimento da “língua padrão”, como variedade supradialectal e referencial da língua, prestando atenção especial aos aspectos da intervenção social e política no processo. Queremos salientar que para a padronização é preciso não apenas uma normativa, mas também uma adequação a uns usos sociais amplos. A padronização não se pode considerar atingida sem a prova da utilização e da difusão da variedade padrão nos usos supradialectais, públicos e de massas que são específicos dela.

A padronização seria, segundo a nossa definição, aquele grau de elaboração que permite o estabelecimento social de uma língua, numa dada sociedade, quer dizer, o total cumprimento de todas as funções sociais que exerce uma língua normalizada (ou normal).

Este estabelecimento fica reflectido na característica a que damos o nome de *versatilidade estilística* desta língua, quer dizer, na capacidade de adaptar as suas variedades internas aos mais diferentes usos sociais.

OS FENÓMENOS DE INDIVIDUAÇÃO DAS LÍNGUAS NO SEIO DOS CONTINUA LINGUÍSTICOS

Trata-se de estudar como é que aparece um novo indivíduo (tirado de um conjunto de elementos de base) como objecto de padronização; com este objectivo analisaremos quais são as condições que fazem a um conjunto de falares atingir o grau de coesão necessário para suscitar a existência de uma língua padrão referencial comum.

Isto representa, na prática, estabelecer a distinção clássica entre a noção de *língua* como contraposta e distinta da noção de *dialecto*. Da nossa óptica, partiremos da consideração prévia de ser uma língua uma agrupação de falares (os dialectos dela) susceptíveis de padronização (homogeneização e elaboração) supradialectal.

Sabemos, porém, que, como muitos estudiosos têm salientado (Lamuela 1994: 11-13; Chambers & Trudgill 1994: 19-25; Breton 1979: 23-27; Haugen 1987: 79), seguindo as reflexões e as experiências linguísticas de Ferguson e Gumperz (*Linguistic diversity of South Asia, Journal of American Linguistics* 26.3, 1960) é impossível estabelecer uma distinção clara e inequívoca entre *língua* e *dialecto* partindo de critérios de análise de base estritamente linguística: falares muito semelhantes têm fundamentado muitas vezes línguas referenciais diferenciadas e com elementos de padronização próprios; por outro lado, falares muito diferenciados podem ter como referencial uma só língua padrão. As nossas propostas partirão, portanto, logicamente, de análises linguísticas e sociais combinadas (quer dizer, *sócio-linguísticas*) dos fenómenos.

Se observarmos globalmente a distribuição geográfica universal dos falares, teremos de concordar em serem as únicas distinções linguisticamente pertinentes que podem estabelecer-se entre diferentes unidades linguísticas as que existem

entre diferentes grandes áreas, com um grau de homogeneidade estabelecido no seio de cada uma, designadas pelo nome de *continuum linguístico* (ou também *continuum geolectal*). Esta realidade é definida pelo facto de existir, no seio de um *continuum* linguístico, uma gradação das características linguísticas, de modo a ser possível a intercompreensão entre falares vizinhos que pertencem ao mesmo *continuum* (Chambers & Trudgill 1994: 23). Exposta esta definição geral, deve-se constatar, como primeira observação, que este fenómeno da intercompreensão que existe entre falares vizinhos pode não existir entre falares afastados no mesmo *continuum*. Também é possível, a causa do fenómeno gradual de diferenciação interna, existir num mesmo *continuum* mais de uma língua padronizada e reconhecida com a sua própria individualidade e, por outro lado, haver num mesmo *continuum* falares sem padronizar e/ou de designação duvidosa entre as diferentes línguas referenciais que se tiverem desenvolvido.

A análise adequada da distinção entre a noção de língua e a noção de dialecto tem de partir, portanto, da nossa óptica, do estudo de *continua* linguísticos, já que é só no seio destes conjuntos onde podem aparecer dúvidas de individuação, dado que de um *continuum* para um outro as soluções de continuidade são claras. (E mais ainda se se tratar de *continua* constituídos por falares heterogenéticos, como pode ser, por exemplo, o caso da relação existente entre falares germânicos e românicos na Europa).

Uma vez estabelecido o que terá de ser o nosso campo primordial de estudo, partiremos da asseveração de, no seio dos *continua* linguísticos, os diferentes falares existentes poderem agrupar-se em línguas, quer dizer, em entidades colectivas capazes de gerar uma variedade padrão referencial para os diferentes falares que a reconhecem como tal.

A observação de diferentes *continua* mostra-nos a complexidade destes processos de agrupação de falares.

Um primeiro caso para observar pode ser, por exemplo, o *continuum* formado pelas *diferentes línguas escandinavas* —que têm sido alvo até hoje de estudos extensos e pormenorizados—, em cujo seio tiveram lugar fenómenos de *mudança de designação de falares*. Um caso conhecido é o falar esconiano (de Skane, região de Malmö e Lund, no sul da península escandinava) que foi considerado um dialecto danês até a anexação desta região à Suécia no século XVII, mas que a partir desta data tem sido considerado depois, de modo invariável, um dialecto sueco (Chambers & Trudgill 1994: 25,29).

O *continuum* das línguas escandinavas deu lugar, também, a um outro fenómeno específico de individuação, o da *individuação múltipla*. Damos o nome de individuação múltipla àquela que tem lugar num *continuum* linguístico que teria permitido, aliás, uma individuação simples (quer dizer, com um grau de homogeneidade interna que teria podido permitir uma única designação individuada).

Como expõem Haugen & Markey (1972: 11) “toda a Escandinávia é uma única rede de isoglossas sobre a que se impôs uma superestrutua de seis línguas literárias”.

Haugen (1987: 71) escreve “As quatro línguas centrais são mutuamente inteligíveis (com um bocado de boa vontade) e na prática funcionam como dialectos de

uma 'língua' escandinava comum". São línguas *Ausbau* (por elaboração), na terminologia de Kloss. Estas línguas são o Islandês, o Feroês, o Novo-Norueguês, o Dano-Norueguês, o Danês e o Sueco. Todos os falares escandinavos (e muito especialmente os continentais) poderiam achar-se representados por uma só língua padrão, mas deram lugar a seis. O caso escandinavo é específico, pelo facto de ter sido esta individuação ao mesmo tempo numerosa (seis línguas padrão) e, em boa parte, equilibrada. Estas características fazem com que seja diferente de muitos outros casos de *continua* homogêneos, que podiam ter dado lugar a um número mais reduzido de línguas padrão, ou que produziram a individuação com importantes fenómenos de desequilíbrio.

Um outro fenómeno importante podem exemplificar-nos ainda as línguas escandinavas, o da *individuação complexa* da língua noruega. Trata-se de uma área onde existe uma dupla padronização, quer dizer, duas línguas padrão com os usos sociais compartilhados. Haugen (1983: 283-286) lembra-nos que "Noruega possui, a partir de 1885, o luxo de duas línguas padrão, conhecidas como *nynorsk* e *bokmal*... São semelhantes linguisticamente, mas no sentido do *Ausbausprachen* de Kloss são línguas diferentes. Todas as crianças norueguesas têm de apreender as duas variedades padrão e, para entrar na Universidade, têm de saber escrevê-las. Mas apenas 16,4 % dos alunos das escolas têm o *nynorsk* como primeira língua escrita e estão todos concentrados nas escolas rurais do oeste e do centro da Noruega... Entre 1905 e 1940, um dos objectivos principais da planificação oficial foi a difusão das duas línguas padrão, que durou de 1885 até hoje."

No seio da *área germânica*, um outro fenómeno salientável é o da *individuação linguisticamente irregular* dos diferentes padrões. É sabido que os falares germânicos ocidentais constituem um *continuum* linguístico formado por um conjunto de variedades, conhecidas historicamente por designações regionais e globais, a miúdo pouco definidas, que conduziram a duas línguas padrão, o alemão e o neerlandês. Já desde a Baixa Idade Média, estes falares foram conhecidos com as denominações de *dietsch*, *duutsch* ou *deutsch* que queria dizer "pertencente ao *diet*", quer dizer, ao povo, em oposição ao latim, principalmente.

A diferenciação clara entre variedades padronizadas tem lugar, como veremos, principalmente a partir do século XVI, em que as duas línguas literárias (alemão e neerlandês) já estavam fixadas. Porém, as diferenças no seio dos falares germânicos ocidentais não dizem respeito, do ponto de vista estritamente linguístico, a esta dupla assignação. A diferenciação principal dentro desta área ocidental estabeleceu-se entre os falares chamados alto-alemães e o grupo dos falares baixo-alemães (incluindo o neerlandês).

A diferença mais clara e significativa entre os falares baixo-alemães e os alto-alemães é o facto de não ter sofrido os primeiros a chamada segunda mutação consonântica característica do alto-alemão. Também existe um número importante de diferenças morfológicas e de léxico que fazem com que estes dois grupos sejam considerados habitualmente diasistemas diferenciados. Esta diferença é antiga e constatada já em textos da Idade Média. O baixo-alemão (mais concretamente o baixo-saxão) foi a língua veicular da Hansa germânica no século XIV e influenciou no vocabulário culto das línguas escandinavas vizinhas.

O alemão padrão actual formou-se a partir das relações comerciais, políticas e culturais dos séculos XIV, XV e XVI. Nem todos os dialectos alemães têm o mesmo tipo de relação com o alemão padrão e, enquanto os falares que podemos chamar centrais apresentam uma distância mínima respeito ao padrão, os outros falares mais afastados da zona central possuem diferenças salientáveis. Na zona baixo-alemã, tanto o baixo-saxão como o neerlandês constituem diasistemas claramente diferenciados do alto-alemão, nos traços fonéticos, morfológicos e lexicais.

A língua padrão alemã não reflecte as características do diasistema baixo-alemão (ou dos diasistemas neerlandês e baixo-saxão), e por esta razão podemos dizer que o baixo-saxão acha-se, então, numa situação de subordinação linguística.

Por outro lado, o *neerlandês* tem as suas origens nos dialectos germânicos do delta dos grandes rios (Reno, Mosa e Escalda). A denominação de neerlandês aparece pela primeira vez em 1482 num incunável de Gouda, mas até o século XIX é compartilhada com umas outras denominações, como a de *dietsch* ou *duutsch*, nos falares locais do Mar do Norte. O processo de diferenciação desta língua referencial face ao alemão literário tem lugar mais claramente a partir do século XVI, com o espalhamento das denominações *nederduysch* e *nederlands* aplicada ao conjunto das dezassete Províncias Neerlandesas unificadas sob os Habsburgo.

Observamos, então, que este processo de formação de línguas padrão no seio das línguas germânicas ocidentais polarizou-se no padrão alto-alemão e o padrão neerlandês, e não seguiu, portanto, a divisão a partir dos traços linguísticos mais salientáveis que estabeleceria a diferença mais marcada entre os falares baixo-alemães e os alto-alemães. As razões deste processo de dupla individuação irregular são de ordem extralinguística, razões que comentaremos nas alíneas a seguir, a propósito do estudo do fenómeno da individuação.

Dentro do *continuum* das línguas germânicas ocidentais e dentro da área do alto-alemão encontramos casos peculiares de uso dos diferentes falares, ao lado da língua padrão, que poderiam dar lugar a falarmos de *individuação complexa* (semelhante ao que já comentámos para o Norueguês).

Nalgumas áreas marcadas por uma especificidade política e cultural (Suíça, Alsácia, Luxemburgo, Baviera, Áustria, Tirol), a variante dialectal possui uma certa vitalidade, mas sempre em forma de usos compartilhados com a língua padrão. O caso da Suíça é, porém, especialmente salientável, e já havia sido estudado por Ferguson como um dos exemplos de diglossia. Quanto às características de integração social, Wüest (1988), citado por Lamuela (1994: 63) assinala que o falar suíço está associado à identidade nacional, ao passo que a língua padrão alemã está associada a uma identidade de tipo linguístico-cultural. Lamuela faz questão ainda da necessidade de sublinhar que os falantes de suíço-alemão vêm a ser capazes de usar a língua padrão através do ensino e do consumo de produtos culturais de diversos níveis. Trata-se de um caso claro de distribuição funcional exclusiva.

Wyler (1984) salienta, além do mais, entre os diferentes aspectos do falar suíço, a escassa elaboração morfológica e a aceitação mais extensa de estrangeirismos deste falar, pelo facto de quase ter ficado reservado, dentro da distribuição de usos existente, apenas para usos orais.

Um outro caso salientável, como exemplo do que chamámos *individuação irregular*, é o do *continuum catalano-ocitano*, dividido num conjunto de dialectos principais dos quais, os mais diferenciados do núcleo central são o catalão e o gascão.

Na sua gramática, Loïs Alibert (pág. XVI, XVII) assinala as diferenças a seguir, entre os três falares citados:

	Linguadociano	Gascão	Catalão
1. ü (eskyt)/u (escut)	ü/eskyt/(AFI)	ü/eskyt/(AFI)	u/eskut/(AFI)
(pronúncia do "u" como nas línguas galo-românicas, quer dizer "ü"=AFI: [y] ou não, quer dizer: AFI: [u])			
2. iè/i	sièja	sièja	sitja
3. ai/èi/e	lait	lèit	llet
4. au/o	caul	caul	col
5. d>ø/u	pè	pè	peu
(evolução de "d" intervocálico: "PEDEM")			
6. -tz/-u	patz	patz	pau
7. -l/-r/-ll-	bela	bera	bella
(evolução de "ll" intervocálico)			
8. mb/m	camba	cama	cama
9. g/gu	gardar	guardar	guardar
10. l-/ll-	lop	lop	llop
(evolução de "l" inicial)			
11. f-/h-	flor	hlor	flor
(evolução de "f" inicial)			
12. r-/arr-	ram	arram	ram
(evolução de "r" inicial)			
13. -s-/ø	posal	posal	poal
14. -n-/ø	luna	lua	lluna
15. -br-/b-	lèbre	lèbe	llebre

Segundo esta análise, o catalão afasta-se do linguadociano por 11 dos traços considerados (os numerados como 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 13), enquanto o gascão diferencia-se, por sua vez, do linguadociano por 8 destes traços (os que correspondem aos números 3, 7, 8, 9, 11, 12, 14 e 15).

As diferenças entre o linguadociano e os outros dialectos do grupo catalano-ocitano que não citámos aqui, são menos marcadas, e portanto não as consideramos neste estudo.

Uma análise estritamente linguística permitiria considerar de modo semelhante, quer o gascão quer o catalão, variedades de uma mesma língua e faria possível postular assim um só padrão para o conjunto catalano-occitano. Este foi, em certo

modo, o sentimento geral entre os escritores e estudiosos numa primeira época da *Renaixença* catalã e ocitana do século XIX, em que todos os falares reconheciam-se na língua antiga da “Idade de Ouro”, o chamado *llemosí*. É isso que postularam os gramáticos ocitanos até mesmo o primeiro terço deste século (1934), em que tem lugar a tomada de posição de um importante grupo de intelectuais catalães, entre os quais salienta-se Pompeu Fabra.

No manifesto intitulado “Desviacions del concepte de Llengua i Pàtria” (*La Veu de Catalunya*, 6 de maio de 1934), são criticadas de modo explícito estas posições pan-ocitanas:

"Dues són aquestes errors o desviacions que intentem de rectificar amb les presents ratlles:

"1er, la concepció de la nostra Pàtria formada actualment pel territori de la Generalitat"...

"2on, la concepció que dóna a la Pàtria una extensió excessiva, que no ha tingut mai, provinent d'una confusió de catalanisme amb occitanisme".

Continua a argumentação do manifesto: *"La nostra Pàtria, per a nosaltres, és el territori on es parla la llengua catalana"*, território que identifica com os Países Catalães.

A tomada de posição do manifesto a propósito da diferenciação entre catalão e ocitano é clara:

"avui la lingüística afirma que el català i la llengua d'oc —coneguda per tots els romanistes amb el nom de provençal— són dues llengües diferents, constitueixen dos grups lingüístics a part, malgrat les semblances de diversa índole que hom hi pugui trobar, les quals no són més grans que les que hi ha entre el castellà i el portuguès".

Perante este manifesto, o conhecido gramático linguadociano Loïs Alibert afirma numa resposta na revista *OC* (III, 17-17: 80, citado por Alquézar 1992: 25):

"continuarem considerant el català com un idioma occitano-romànic, segurs d'estar d'acord amb la majoria dels savis que han estudiat la qüestió i amb la realitat viva".

Da nossa óptica, apesar das argumentações de ordem linguística das diferentes posições, as razões fundamentais que as motivavam eram de tipo social e político. O facto é, que de então para cá, muito embora possuísem em conjunto uma norma convergente, os padrões e as denominações dividiram-se em dois: catalão e ocitano, sem seguir, portanto, de modo estrito e único as características de tipo unicamente linguístico existentes.

O *continuum* galego-português, que deu lugar a dois padrões —um padrão galego, ainda em discussão, e um padrão pluricêntrico luso-brasileiro—, é um bom exemplo para expormos os fenómenos do *pluricentrismo* e a *distorção*.

O fenómeno do pluricentrismo —que não deve confundir-se com o da individuação múltipla, que já descrevemos quando expusemos o fenómeno da individuação nas línguas escandinavas— diz respeito à existência de mais de um centro

de configuração da língua padrão, uma vez que existe uma só língua padrão já bem individualizada. Trata-se, então, de um fenómeno posterior à individuação.

O fenómeno da *distorção* que trataremos aqui é exemplificado pelo caso da padronização da variedade galega, que na sua versão oficial alicerça numa normativa dependente da espanhola (AGAL 1985: 19). A grafia oficial na região autónoma espanhola da Galiza basea-se na utilização dos signos ortográficos coincidentes com os da língua espanhola e com o mesmo valor: assim, por exemplo, utilizam-se “x”, “ñ”, “ll”, “z”, “cu”... em lugar dos correspondentes à normativa luso-brasileira “j/g”, “nh”, “lh”, “ç”, “qu”... A espanholização estende-se à morfossintaxe e, evidentemente, também à estilística, totalmente subordinada à espanhola.

Uma utilização secessionista dos materiais linguísticos na área galega pôde fundamentar, então, uma codificação divergente da unitária luso-brasileira.

Os linguistas e sociolinguistas reintegracionistas propõem, aliás, uns princípios que conduzem a adoptar umas normas convergentes com as da própria língua. Se são depurados os xenismos do léxico e da gramática, se são escolhidas as variantes convergentes com as luso-brasileiras, se são excluídos os vulgarismos e é evitado o diferencialismo obstinado com as formas luso-brasileiras, chega a atingir-se uma normativa “substancialmente comum à luso-brasileira, que possibilita a intercomunicação escrita sem esforço suplementar e que se mantém fiel à realidade histórica do galego” (AGAL 1985: 20-22).

Eis um caso de *distorção* do processo de individuação, que deveria ter dado, se se tivessem seguido as características estritamente linguísticas, uma só língua padrão ou, então, línguas padrão com normativas convergentes. A realidade de uma normativa oficial espanholizante revela uma *distorção* devida a factores políticos.

O *continuum* das línguas bantu —muito homogéneo— mostra-nos uma grande variedade de casos interessantes, como os das línguas quicongo, suaili, lingala e luba estudados por Maalu-Bungi (1991: 184-185), e os do Xhosa e o zulu descritos por Louw (1983: 371-392). Sem podermos aprofundar na descrição deles, lembremos aqui apenas a influência que as diferentes religiões foi importante na evolução dos processos de individuação, e deu lugar a diferentes fenómenos de *distorção* do processo padronizador. O suaili, por exemplo, introduzido no Zaire no fim do século passado, topou inicialmente com uma certa resistência da hierarquia cristiana, já que considerava que podia servir para propagar o islão.

Diferentes casos de padronização composicional (a partir de elementos de diversos dialectos) são detectáveis nesta área; um dos mais evidentes é o da Zâmbia, com a formação de uma nova língua padrão comum da *composição dos falares* losi-bemba-lamba-tonga. Outros intentos de unificação não tiveram sucesso, como é o caso das línguas xhosa e zulu, que, muito embora a sua proximidade, deram lugar a dois padrões diferenciados (com grafias fixadas em 1923 e 1970, respectivamente).

O caso do *basco* ou *êuscaro* oferece-nos também uns outros elementos de estudo. Sabido é que esta língua dividie-se num número importante de dialectos muito diferenciados. O estudioso Louis Lucien Bonaparte (sigo Euskaltzaindia 1988 e o artigo *basc* redigido por K. Mitxelena para a *Gran Enciclopèdia Catalana*) esta-

beleceu já os oito dialectos da língua basca: 1. Biscaíno, 2. Guipuscoano, 3. Alto-Navarrês Setentrional, 4. Alto-Navarrês Meridional, 5. Labortano, 6. Baixo-Navarrês Oriental, 7. Baixo-Navarrês Ocidental, 8. Suletino. As sínteses mais acentuadas chegam, porém, a reduzir a três o número de dialectos, como é o caso de J. A. Moguel (Euskaltzaindia 1988: 208, nota 83), que cita numa obra de 1935 o Biscaíno, o Guipuscoano e o Labortano.

Perante a realidade dialectal basca estendeu-se durante muito tempo uma discussão que atingia a *pluralidade da língua basca*, que levou algumas pessoas a falar numas “línguas bascas” e a outras a postular a existência de uma só língua basca.

Mitxelena (1966) situa o problema nos seus justos termos linguísticos e sócio-linguísticos (Euskaltzaindia 1988: 105-106, nota 66) quando assinala que “a discussão será ociosa enquanto não se arbitrar uma técnica que permita dar resposta precisa, quantitativa. A estimação desta magnitude é, além do mais, necessariamente relativa” segundo o grau de formação linguística da pessoa que avaliar e também porque “mesmo o critério da intercompreensão mútua tem um valor duvidoso”.

Porém, a existência desta polémica já ultrapassada não deixa de ser interessante para ajudar a considerar a fragilidade dos critérios subjectivos à volta das noções básicas de língua e dialecto que são o objecto essencial da nossa reflexão.

Pode interessar-nos ainda mais aprofundar num aspecto concreto da diversidade dialectal da língua basca, o do *carácter do dialecto biscaíno* no processo de individualização da língua basca. O *euskara batua* (basco unificado) foi-se construindo a partir dos anos 60 do presente século principalmente sobre a base de dois dialectos centrais, o labortano e o guipuscoano, com características salientáveis cada um: o labortano tinha o prestígio de ser a língua literária já a partir do século XVII e o guipuscoano tinha a vitalidade social do seu peso demográfico e da fidelidade linguística dos falantes. Dentro deste processo, apesar da incorporação de aspectos do léxico do biscaíno, este último dialecto ficou colocado numa posição excêntrica na composição da língua basca unificada.

Isto leva-nos a observar que quando a construção do padrão é *composicional*, quer dizer, quando não se toma um único falar como base para a construção da língua padrão, existe sempre uma zona, a que daremos o nome de *área gravilectal*, qua acumula o peso das incidências linguísticas pertinentes; relativamente a esta área podem-se situar diferentes falares com características de excentricidade. Este é o caso, no que diz respeito à língua basca, do dialecto biscaíno, cujas relações com o padrão são menos fluentes que para os falares do interior da área de referência: neste caso concreto de excentricidade, os usos sociais formais podem-se reparar, no falar excêntrico, entre o uso do padrão nacional ou o uso de um para-padrão regional convergente.

Para não estender-nos com outras descrições de mais pormenor, acabaremos a exposição de cinco casos entre os mais significativos. Em primeiro lugar, o do *armênio*, que apresenta características de *distorção* da individualização, no sentido de as normas adoptadas na Armênia até há pouco tempo pertencente à URSS não estar vocacionadas para uma autocentragem da língua, antes tenderam a fomentar a fragmentação. (Cowe 1992: 325-345; Weitenberg 1990: 393-408).

Um outro caso de *distorção* da individuação podemos observá-lo na língua *kanuri*, que recebeu padronizações diferentes na Nigéria e no Níger (Hutchinson 1991: 111-134). A distorção devida à diferença dos quadros estatais como a que vimos de expor é a mais usual, já que cada estado tende a aplicar de modo inviável as normas internas dele, prescindindo dos interesses de autocentragem dos grupos linguísticos.

As línguas indonésias fornecem um exemplo complexo de um tipo especial de distorção da individuação, a que damos o nome de *superposição*. a padronização faz-se sobre a base do *baasa indonésia*, uma variedade de malaio diferenciada das línguas indonésias com mais utentes, como o javanês. O baasa indonésia superpõe-se assim, em muitas áreas, a umas outras línguas, e ocupa os usos sociais padronizadores. Este caso é em certo modo comparável ao do baixo-saxão, acima descrito, e, num grau menor, do ocitano (neste último caso, apesar do processo de substituição da língua ocitana pela francesa em muitos âmbitos de uso formal e não formal, a designação individuada de língua manteve-se com uma certa consistência).

Nalguns casos podemos falar ainda de *indeterminação* da individuação. O *macedónio*, por exemplo, embora ser considerado uma língua pelo reconhecimento oficial já na antiga República Iugoslava e pela maioria dos linguistas, que a qualificam de um caso claro de “língua por elaboração” (v. a alínea a seguir), é considerado por outros estudiosos um dialecto do búlgaro (Haugen 1987: 79, qualifica a relação entre estas duas falas de “semi-comunicação”). Uma argumentação mais completa sobre este caso será exposta a seguir, na próxima alínea.

Por outro lado, é preciso lembrar um caso próximo e que não deixou de gerar uma certa polémica: o do falar *benasquês* (do Vale de Benasque, nos Pirinéus), considerado pelos gramáticos aragoneses (Conte e.a. 1977: 84) um dialecto propriamente aragonês, embora uma análise rigorosa situaria este falar num dialecto catalão. A *Gran Enciclopèdia Catalana* (artigo *benasquês*, de Max Cahner e Teresa Lloret) descreve e dá o nome de dialecto catalão a este falar, e assim é considerado também num trabalho recente de A. Babia (1997).

TIPOLOGIA GERAL E CARACTERÍSTICAS DA INDIVIDUAÇÃO

Segundo as análises precedentes, podemos resumir os diferentes tipos gerais de individuação, que nelas pusemos em destaque: a individuação simples, a individuação complexa, a individuação com distorção, a individuação com obstrução.

Damos o nome de **individuação simples** àquela que alicerça numa relação não complexa entre os diferentes falares que a conformam, bem como entre os diferentes falares e a língua padrão, no que diz respeito à identificação e aos usos sociais respectivos. Este tipo de individuação constitui um modelo de referência em que as tensões entre a língua padrão e os falares que com ela se identificam têm pouca consideração. Este é o caso do neerlandês, do catalão, do polonês, do checo, do castelhano ou espanhol, do inglês, do quicongo, do fang, do herero, etc.

Como já assinalámos nos exemplos dos *continua* que estudámos, a individuação simples pode não ser única e, então, pode falar-se em individuação *múltipla*, como é o caso das línguas escandinavas e, em certo modo, também das línguas zulu e xhosa.

A designação de **individação complexa** aplica-se àqueles processos em que a assiguação dos diferentes falares não tem lugar com uma só língua padrão e com a plenitude das funções que lhe são atribuídas habitualmente, antes as funções acham-se repartidas entre mais de uma língua padrão (este seria o caso do norueguês), ou então algumas das funções vulgarmente atribuídas à língua padrão são assumidas por um falar (como no caso da Suíça de língua alemã).

Damos o nome de **individação com distorção** àquela que se vê desviada por influências exoglóssicas.

Neste caso podemos incluir o falar galego que se vê afastado das características da individação que corresponderia aos falares galaico-portugueses e é deslocado para as características da língua espanhola. A resistência à autocentragem pode explicar-se pela persistência de uma ideologia de tipo provincialista que tem uma origem exoglóssica. Joseph (1987: 3) assinala, concretamente, o peso da dominação política na consideração social e simbólica que o Galego têm.

Daremos o nome de **individação obstruída** ao processo próprio daqueles casos em que a função padrão não se pôde desenvolver com plenitude, a causa de um processo de substituição linguística. Este é, por exemplo, o caso da língua ocitana, em que, muito embora tenha ido para a frente o processo de codificação e mesmo o de elaboração, não possui as condições de uso necessárias para atingir uma padronização certa, contrastada e estabilizada, através de um uso social suficiente.

É este o caso, também, de algumas línguas americanas que deveriam por um tempo “línguas gerais” (como o tupi-guarani, o nauatl, o quéchua e também, em certo modo, o guarani), e que viram interrompida a sua evolução, no caminho de tornar-se línguas padrão, por serem substituídas pela língua espanhola na comunicação pública formal e, de modo geral, nos âmbitos de uso social fundamentais.

Igualmente, pode considerar-se obstruída a individação que não tem lugar a causa de uma *superposição* (como é o caso das línguas indonésias, que citamos acima).

A substituição é um fenómeno largamente estudado. Na Catalunha, Carme Junyent (1992) e Xavier Lamuela (1994) fizeram estudos sistemáticos nas suas respectivas obras, *Vida i mort de les llengües i Estandardització i establiment de les llengües*. Remetemos para elas, portanto, para um estudo mais aprofundado. Assinalaremos aqui só alguns aspectos do fenómeno.

De modo geral, podemos afirmar que, para todos os casos de individação obstruída, em distâncias linguísticas superiores (quer dizer, >D1 —v. mais abaixo— em que já não resulta adequado falar em *diglossia*), encontramos com processos de substituição que estão relacionados com a falta de autocentragem. O resultado social final é o fenómeno da *anomia* (definido como um estado de desintegração cultural) (Junyent 1996: 14) da comunidade em processo de perda da língua, e a situação marginal do grupo na nova área linguística, a que se incorporou a comunidade de língua substituída. Neste sentido, Leitner (1992: 194) lembra-nos uns casos concretos: “à parte a pronúncia, tanto o inglês da Escócia como o da Irlanda carecem totalmente de variedades padrão próprias e estão —e provavelmente ficarão— num estreito contacto com o centro normativo do sul de Inglaterra.”

A substituição representa, então, a passagem para uma situação de *aliocentragem* e de marginalização.

Encerraremos a nossa exposição descrevendo alguns dos traços mais importantes da individuação.

Para começar, convém assinalar a necessidade de estudar este fenómeno de uma **focagem dialéctica**.

Em primeiro lugar, é preciso partir de uma valorização crítica dos critérios utilizados habitualmente para estabelecer a diferenciação entre língua e dialecto, bem como entre duas línguas consideradas diferentes.

Considerando o critério da intercompreensão ou inteligibilidade mútua entre falares como não distintivo (como lembrámos na altura de definir o conceito de *continuum* linguístico), ponderaremos uns outros critérios que têm sido utilizados para distinguir as noções de *dialecto* e *língua*. A posição mais generalizada nesta área é a de Kloss (1978), que expôs os dois critérios possíveis para determinar os processos de formação de novas línguas, segundo os quais elas podem ser designadas como *línguas por distância* (*Abstandsprachen*) e *línguas por elaboração* (*Ausbausprachen*).

Este duplo critério distintivo é, decerto, mais operativo que o da inteligibilidade, já que permite situar num caso e noutra todas as línguas que atingiram a sua individuação. Porém, da nossa óptica, esta simples classificação não ilumina suficientemente o processo de individuação.

Joseph (1987: 2-3) comenta estas noções de *Abstand* (distância) e *Ausbau* (elaboração) e acrescenta que nalguns fenómenos, como na consideração que pode fazer-se galego como dialecto do espanhol, não influi qualquer destas noções, antes a dominação política.

Um outro estudioso do fenómeno, Zarko Muljagic, tem criticado (1995: 34-37) as noções de Kloss, argumentando que todas as falas perdem ou ganham “componente elaboracional” no seu processo de decadência ou de ascensão como línguas. Para uma língua por elaboração emergente, a existência prévia de uma distância linguística não constitui uma condição obrigatória. Muljagic fala de atracção endolinguística e de repulsão exolinguística, no seu modelo de linguística relativista.

Por parte nossa, embora compartilhem algumas das focagens dialécticas de Muljagic, pensamos que, na sua crítica de Kloss, força as propostas deste autor, que, como é sabido, utiliza os seus critérios de modo alternativo e complementar, e não causativo.

Segundo a nossa opinião, a crítica relativista de Muljagic acrescenta incertezas à análise e, abandonando como faz a consideração de factores linguísticos (como a distância ou *Abstand*), sai, da nossa óptica, dos eixos imprescindíveis —linguísticos e sociais ao mesmo tempo— para o tratamento adequado da questão.

Oscar Diaz (1995: 5-17) desenvolve mais o conceito de elaboração e introduz a distinção entre as noções de “elaboração evolutiva” e “elaboração involutiva”, dividindo por sua vez a “elaboração involutiva” em “elaboração reversiva” e “elaboração heterónoma”. Sem compartilharmos a terminologia utilizada por Diaz,

achamos que as suas noções introduzem elementos interessantes para uma análise mais apurada da questão.

De modo geral, é preciso concordar, porém, em não ser válida a citada classificação (“individuação por distância” e “individuação por elaboração”), da nossa óptica, para um estudo geral da individuação, embora sim ofereça um certo critério de análise das causas que a provocaram. Já expusemos acima as críticas de Muljagic respeito à relatividade da componente elaboracional. Como exemplo claro da fragilidade dos critérios de Kloss, é preciso ter presente concretamente ainda as reflexões de MISESKA TOMIC (1992) sobre o *macedônio*, segundo as quais todas as línguas eslavas do Sul são línguas por elaboração na mesma medida que o macedônio, já que seguiram o mesmo processo de afastamento por elaboração respeito ao Antigo Eslavónico eclesiástico.

A focagem adequada do fenómeno da individuação tem de seguir, segundo as nossas considerações, um caminho diferente ao da análise da elaboração, por muito apurada que ela seja. Deve-se de considerar que, de modo geral, a individuação é o resultado de forças sociais centrípetas e centrífugas contrapostas que incidem num fenómeno de identificação social, umas forças em que os factores de ordem linguística têm de ser avaliáveis.

Uma observação geral do fenómeno revela-nos que as *forças sociais* centrípetas que aparecem na individuação desenvolvem-se na confluência de dois factores sociolinguísticos:

- a. A aquisição de novos usos sociais por um falar (ou um conjunto de falares próximos), de modo a ele(s) adquirir(em) novos valores simbólicos e referenciais entre os seus utentes.
- b. A extensão do âmbito geolectal. O uso e a identificação para com o falar (ou falares) estende-se num novo âmbito geográfico, cujos limites costumam ser largos e definirem-se em conflito com uma língua padrão preexistente nesse território.

A individuação será, então, um processo de carácter relativo (e nisso seguiremos as teses de Muljagic); trata-se de um processo que é paralelo no início da padronização da própria forma linguística, e que se consolida na medida em que a língua ganha âmbitos sociais de uso.

A *atração geolectal* de uma língua em processo de padronização com respeito aos dialectos situados num âmbito geolectal, mede-se também de modo relativo, rivalizando com a língua padrão preexistente e, por isso, dependerá de dois elementos que intervêm na disputa:

- A atração geolectal depende, por um lado, da *distância linguística relativa* de cada dialecto respectivamente às línguas padrão que concorrência.
- Por outro lado, depende também de diferentes *factores de coesão e identificação géoétnica*, factores que, como sabemos, são também *de carácter relativo*.

Ao processo de individuação que definimos pode ser-lhe dado o nome, então, de bom direito, de dialéctico, já que se desenvolve pela oposição de forças contrapostas. Convém sublinhar, aqui, este ponto de partida das nossas análises: em todos

os casos de padronização partimos da consideração da inexistência de um conflito linguístico como modelo mais apropriado. Nas sociedades hodiernas, as funções principais que são próprias de uma língua padrão (veículo do ensino regulamentado, dos meios de comunicação de massas, da administração pública e dos aspectos comunitários da vida económica e social) acham-se amplamente estendidos em todo o mundo e arraigados nos âmbitos dirigentes de todas as sociedades —nada escapa à uma ou outra administração estatal—; estas funções podem considerar-se assim universais, com fins de estudo, de modo que é preciso partir da hipótese de nascer toda individualização numa situação de conflito linguístico, um conflito que pode ser mais ou menos explícito ou latente.

A relação língua padrão-dialecto (a atracção geolectal) existe em qualquer situação, não apenas em zonas de conflito, e possui um carácter marcadamente relativo.

As diferentes realidades comprováveis na tensão geolinguística (ou geoétnica) entre diferentes falares ou entre diferentes áreas regionais, mostram-nos que esta tensão interna varia de modo sensível em função das tensões exteriores: as comunidades linguísticas submetidas a pressões exteriores mais acentuadas, propugnam uma homogeneidade geográfica maior: a função reservada para a língua referencial é mais ampla, a língua é concebida mais acentuadamente como “uma”, e a variação admitida fica minimizada. A forte homogeneização no uso social da língua polonesa e da língua romena constituem exemplos claros desta tendência. Neste sentido, é interessante lembrar concretamente os importantes esforços prescritivos no processo de padronização da língua polonesa (Niedzielski 1980: 130-159), que tenderam a reduzir ao mínimo a variação geográfica existente (Zagorska 1980: 92).

De modo semelhante, é possível interpretar que movimentos secessionistas modernos com um certo fundo linguístico, como o eslovaco e o piemontês, só tomaram uma maior amplitude na altura em que as agressões políticas e culturais exteriores (do “mundo germânico”, nestes casos) minguaram, e quando enfraqueceram, como consequência, os patriotismos “pan-italiano” e “checoslovaco”, respectivamente.

Haugen (1987: 76 e ss.; 1972: 110 e ss.) recorda-nos o caso das línguas escandinavas e o seu ritmo a mudar, de aproximação e afastamento relativos. Não custa muito observar que é no clima dos períodos de agressão exterior mais grave (como a Segunda Guerra Mundial) quando as línguas escandinavas deram mais passos para a aproximação.

Também para a língua vietnamita, Thompson & Thomas (1967: 817-818) assinalam: “Quando menos durante o período imediatamente posterior à guerra, uma opinião muito frequente entre os jovens intelectuais nacionalistas era que o interesse dos estudiosos franceses na variedade dialectal vietnamita tinha como alvo, preferentemente, acentuar as diferenças regionais e enfrentar diferentes facções geográficas entre elas no espírito de *divide e vencerás*”.

De um modo mais geral, podemos dizer, então, que a norma linguística vem a ser mais inflexível em situações de resistência. Este é também o caso do francês no Quebec, como lembra Denise Daoust-Blais (1983: 211).

Diferentes fenómenos que examinámos no estudo de *continua* linguísticos referentes a processos de individuação irregulares, como é o caso dos falares neerlandeses no seio das línguas germânicas ocidentais e dos falares catalães no seio do grupo catalano-ocitano, ou as mudanças de designação dialectal da Escandinávia, etc. provam a existência destas forças em conflito que incidem nos diferentes falares e influem na configuração deles como línguas padronizadas.

O estudo do *pluricentrismo* mostra-nos também a existência de forças sociais desta ordem. As tentativas de afastamento ou de aproximação entre os diferentes centros do inglês ou do alemão (Clyne 1992: 457) dependem também de forças e tendências que operam de um modo variável nelas próprias, e relativa na sua contraoposição com umas outras forças de origem linguística ou social.

O estudo destas diferentes forças e parâmetros tem de ajudar a entender os processos de individuação que tratámos ao longo do presente trabalho.

Do ponto de vista estritamente linguístico, é possível estabelecer diferentes níveis de distância entre línguas. A necessidade de contar com elementos objetiváveis que nos ajudem a medir de modo adequado a magnitude dos factores linguísticos entre os diferentes elementos que intervêm nos processos de individuação, faz com que tenhamos de plantejarnos uns critérios mínimos de discernimento e de medida de base estritamente linguística.

No nosso estudo estabeleceremos *três níveis de distância linguística* avaliáveis:

- Uma distância maior, ou de *Terceiro Grau = D3*. É a que existe entre línguas exogenéticas (e, portanto, sem intercompreensão), por exemplo entre o alemão e o português, entre o árabe e o chinês, entre o suaili e o basco, etc.
- Uma distância de *Segundo Grau = D2*. É a que existe entre línguas endogenéticas com uma diferenciação acentuada. É definida pelos factores a seguir: existência de feixes de isoglossas nas linhas de fronteira entre as duas áreas linguísticas consideradas; paradigmas fonéticos e morfológicos diferenciados (que não podem sobrepôr-se); segmentação léxico-conceitual não equivalente. A distância de segundo grau não permite simples equivalências biunívocas, próprias da adaptação interdialectal. São exemplos de distâncias de segundo grau as que existem entre o francês e o italiano, entre o catalão e o português, entre o sueco e o alemão, entre o árabe e o hebreu, etc.
- Uma distância inferior, ou de *Primeiro Grau = D1*. É a que existe entre línguas endogenéticas próximas. São exemplos de distâncias de primeiro grau as que existem, por exemplo, entre o sérvio e o croata, entre o andaluz e o castelhano central, entre o benasquês e o catalão, entre o aranês e o linguadociano, etc.

A diferença a que damos o nome de segundo grau é a que (segundo critérios de traslação) é imprescindível uma actividade de tradução para passar de uma falar a um outro. Uma diferença de primeiro grau pode salvar-se, no entanto, unicamente com mecanismos simples de equivalência, de realização intuitiva e imediata.

A intercompreensão é possível, portanto, apenas nos casos primeiro e segundo de distância. Pode deduzir-se, portanto, também que duas falas com distância de primeiro grau podem ser dialectos de uma mesma língua.

A realidade demonstra-nos, porém, que a organização das assignações linguísticas não respeita de modo estrito esta classificação, antes a miúdo dois falares afastados por uma distância de segundo grau são assignados a uma mesma área geolinguística e são representados por um mesmo padrão. E dois falares com uma distância de primeiro grau podem desenvolver padrões diferenciados.

A organização das assignações (ou individuação) não é, porém, arbitrária, nem totalmente independente da distância linguística, como já acima assinalámos.

O outro elemento que deve ser considerado na configuração do âmbito geolect é o que designámos como *identificação geoétnica*, sobre a que não nos estenderemos. Apenas resumiremos que depende de factores de consciência e destruturação sociopolítica. Em síntese:

- a. É preciso existir um (ou mais de um) *centro de referência* que permita orientar e projectar a identificação, para além da área mais imediata de relação dos indivíduos. Este centro de referência é um ponto de concentração de poder económico, político, social, cultural, etc. Sem um centro de referência, a agrupação plural não é possível e os falares mantêm-se numa situação de dispersão ou sob as referências de uma língua padrão estranha ou afastada das características linguísticas próprias.
- b. Deve considerar-se a *consciência colectiva* do grupo de que se trata, nas diferentes zonas. Esta consciência não é estritamente linguística e depende de outros factores de coesão social e também da pugna com a influência política e ideológica dominante que tratamos na alínea a seguir.
- c. Deve considerar-se a *influência política e ideológica dominante* sobre o grupo linguístico submetido à minorização linguística. Já acima dissemos que a situação geral em todas as línguas que visam a individuação é de conflito linguístico. Neste sentido, deve ter-se em conta a influência das situações de minorização que geram limitações na consciência de grupo, e até sentimentos de auto-ódio. (Remetemos para os estudos de Aracil, Cobarrubias, Ninoyles, Lamuela, etc., para o estudo da minorização). Cobarrubias (1983: 76) assinala diferentes reacções para a que chama “sociedade cativa”, do rejeitamento aos valores e símbolos principais da sociedade dominante, até a aceitação dela. Lamuela (1994: 31-46) recorda-nos (seguindo Sánchez Carrión 1981) a importância da restrição do espaço simbólico nos processos de regressão linguística. A consciência colectiva do grupo linguístico tende para o pensamento autónomo, quer dizer, para restituir o espaço simbólico em relação à realidade que o envolve e a propiciar a própria autocentragem.

Um exemplo claro de consciência de grupo, e de consciência linguística em concreto, é o caso da língua somali recordado por Carme Junyent (1986: 91). A chegada ao poder, em 1969, de um governo nacional e autocentrado (descolonizado) desencadeou, num período breve de tempo, um processo de padronização modelar no continente africano.

Um dos referentes ideológicos mais universais que contribuem para reforçar a coesão colectiva do grupo linguístico é o chamado “mito da Idade de Ouro” da língua, segundo o qual o idioma próprio haveria tido um estado primigênio de unida-

de e pureza que a dominação posterior viria a corromper. Joseph (1987: 7) assinala este mito como arquetípico respeito à variação geográfica e histórica. No caso do catalão, este mito desenvolveu-se num momento inicial da *Renaixença* à volta da ideia do *llemosí*, considerado a linguagem literária antiga e incorrupta. Outras línguas situam a Idade de Ouro delas em diferentes alturas ou estádios, que sempre são anteriores às influências interferentes mais salientáveis no momento presente.

A consciência colectiva de base linguística constrói-se por cima de diferentes referentes identificadores e coesionadores deste tipo, que entraram em conflito com os referentes correspondentes dos grupos dominantes.

A configuração do âmbito geolectal produz-se, então, numa pugna entre dois pólos de atracção constituídos pelo novo padrão que se quer configurar e a língua padrão preexistente, em que intervêm factores linguísticos (a distância linguística) e factores extralinguísticos (a identificação geoétnica).

Esta pugna só será possível, porém, se as distâncias linguísticas relativas permitirem estabelecer relações de atracção num sentido e o outro. No caso de equilíbrios de forças, diferentes factores de tipo social relacionados com os usos linguísticos (utilidade social de um padrão ou do outro) podem fazer um papel definitivo no decantamento das opções.

Esta definição relativa é a que determina as hipóteses de identificação e as necessidades de elaboração que todo falar se propõe: uma distância “grau 1” pode permitir o aparecimento de um código elaborado próprio, que optou por uma diferenciação (uma individuação) por razões extralinguísticas; e uma distância de “grau 2” entre um falar e o código padrão de referência dele permite falar de situação de subordinação.

Em todos os casos, a influência da língua dominante é, então, muito importante. A posição de subordinação respeito à língua dominante ou a vontade de auto-centragem marcam fundamentalmente o signo da individuação.

Podemos distinguir, então, sempre de modo claro para uma individuação que procura um conjunto de falares, entre a *individuação de signo normalizador* (visando o objectivo de conseguir uma relação “normal” entre padrão e falares, quer dizer, baseada no critério de auto-centragem); e uma outra *individuação de signo subordinador* (em relação com o padrão preexistente, quer dizer, baseada na subordinação).

Numa linha análoga de considerações, Oscar Diaz (1995: 7) distingue entre a elaboração e uma elaboração estilística determinadas.

Este critério do signo da individuação (normalizador ou subordinador) é, então, determinante para valorizar a função de um processo de padronização (ou o processo de elaboração, segundo Kloss e Diaz).

Em geral, podemos concluir que, no momento de estudar diferentes *continua* linguísticos, as irregularidades de muitos processos não se podem entender considerando apenas os aspectos linguísticos. A tipologia que expusemos e a teoria dialéctica da individuação que apontámos devem entender-se, portanto, como uma proposta geral para perceber o sentido global dos processos de individuação a partir do estudo das situações de conflito existentes como hipótese mais ajustada à realidade universal e contemporânea do contacto entre línguas.

Bibliografia citada

- AGAL (1985) *Prontuário ortográfico galego*. AGAL, s.l.
- ALIBÈRT, Loïs (1935) *Gramatica Occitana segon los parlars langadocians*. Centre d'Estudis Occitans, Montpelhièr.
- ALQUÉZAR, Manuel (1992) *Correspondència entre Loïs Alibert i Josep Carbonell i Gener*. Institut d'Estudis Catalans, Barcelona.
- ARACIL, Lluís V. (1982) *Papers de Sociolingüística*. Ed. La Magrana, Barcelona.
- ARACIL, Lluís V. (1983) *Dir la realitat*. Ed. Països Catalans, Barcelona.
- BABIA, Antoni (1997) *La franja de la Franja. La parla de la Vall de Benasc on el català és patuès*. Ed. Empúries, Barcelona.
- BRETÓN, Roland (1979) *Geografía de las lenguas*. Oikos-Tau, Barcelona.
- CHAMBERS, J.K. & TRUDGILL, Peter (1994) *La Dialectología*. Visor Libros, Madrid.
- CLYNE, Michael ed. (1992) *Pluricentric Languages - Differing Norms in different Nations*. Mouton de Gruyter, Berlin-New York.
- COBARRUBIAS, J. (1983) "Ethical issues in status planning" in Cobarrubias, J. & Fishman, J. *Progress in Language Planning*. Mouton Publishers, Berlin-New York-Amsterdam.
- CONTE el al (1977) *El aragonés: identidad y problemática de una lengua*. Librería General, Zaragoza.
- COWE, Peter (1992) "Armenian as a pluricentric language" in Clyne, M. ed. *Pluricentric Languages - Differing Norms in different Nations*. Mouton de Gruyter, Berlin-New York (pp. 325-345).
- DAOUST-BLAIS, Denise (1983) "Corpus and status language planning in Quebec: a look at linguistic education" in Cobarrubias, J. & Fishman, J. *Progress in Language Planning*. Mouton Publishers, Berlin-New York-Amsterdam.
- DIAZ FOCES, Oscar (1995) "Os processos de elaboração lingüística. A propósito de "Ausbausprachen"" in *Agália* n° 41 (pp. 5-18).
- EUSKALTZAINDIA (1988) *Euskararen Batasuna*. Euskal Herriko Unibertsitatea.
- HAUGEN, Einar (1987) *Blessings of Babel - Bilingualism and Language Planning*. Mouton de Gruyter, Berlin-New York-Amsterdam.
- HAUGEN, Einar & MARKEY, Thomas L. (1972) *The Scandinavian Languages - Fifty years of linguistic research*. Mouton, The Hague-Paris.
- HUTCHISON, J.P. (1991) "Prospects for a harmonized Kanuri orthography: Niger-Nigeria", in CYFFER (1991) *Language Standardisation in Africa*, Helmut Buske Verlag, Hamburg (pp. 111-134).
- JOSEPH, John Earl (1987) *Eloquence and Power. The Rise of Language Standards and Standard Languages*. Frances Pinter, London.
- JUNYENT, Carme (1992) *Vida i mort de les llengües*. Empúries, Barcelona.
- JUNYENT, Carme (1996) *Estudis Africans*. Ed. Empúries, Barcelona.
- JUNYENT, Carme (1986) *Les llengües d'Àfrica*. Ed. Empúries, Barcelona.
- KLOSS, Heinz (1978) *Die Entwicklung neuer germanischer Kultursprachen seit 1800*. 2ª ed. Schwann, Düsseldorf (cit. por Lamuela 1994).
- LAMUELA, Xavier (1994) *Estandardització i establiment de les llengües*. edicions 62, Barcelona.

- LAMUELA, Xavier (1987) *Català, Occità, Friüla: Llengües subordinades i planificació lingüística*. Quaderns Crema, Barcelona.
- LEITNER, Gerhard (1992) *English as a pluricentric language in Pluricentric Languages - Differing Norms in different Nations*. Mouton de Gruyter, Berlin-New York.
- LOUW, J.A. (1983) "The development of Xhosa and Zulu as Languages", in FODOR & HAGÈGE (1983) *Language Reform*, Helmut Buske Verlag, Hamburg Vol. II (pp. 371-392).
- MAALU-BUNGI, L.L. (1991) "Langues zairoises et standardisation. La cas du ciluba", in CYFFER (1991) *Language Standardisation in Africa*, Helmut Buske Verlag, Hamburg.
- MISESKA TOMIC, Olga (1992) "Macedonian as an Ausbau Language", in Clyne, M. ed. *Pluricentric Languages - Differing Norms in different Nations*, Mouton de Gruyter, Berlin-New York (pp. 473-452).
- MULJACIC, Zarko (1997) "Un fantôme terminologique: la distance linguistique minimale", in *Congrés Europeu de Planificació Lingüística (Barcelona 9-10 novembre 1995)*. Institut de Sociolingüística Catalana - Direcció General de Política Lingüística, Barcelona (pp. 34-37).
- NINYOLES, Rafael L. (1971) *Idioma i prejudici*. Ed. Moll, Palma de Mallorca.
- POTTIER, Bernard (1983) *América Latina en sus Lenguas Indígenas*. Unesco Monte Avila Editores, Caracas.
- THOMPSON, Laurence C. & THOMAS, David D. (1967) "Vietnam" in *Current Trends on Linguistics* (Vol. 2: pp. 816-846).
- WEITENBERG, J. J. S. (1990) *Reform Mouvements in Armenian*, in FODOR & HAGÈGE (1983) *Language Reform*, Helmut Buske Verlag, Hamburg (Vol. V: pp. 393-408).
- WÜEST, Jakob (1988) "Le problème des langues en Suisse alémanique", in *Actes des Universités Occitanes d'Eté 1986-87* Nîmes: Association pour la Culture Occitane (pp. 39-49).
- WYLER, Alfred (1984) *Dialekt und Hochsprache in der deutschsprachigen Schweiz* "Pro Helvetia", Zurich. Cit. pela trad. galego-portuguesa "Dialecto e língua padrom na Suíça de fala alemã", in *Agália* n° 45 (pp. 73-90).
- ZAGÓRSKA, Maria (1980?) "Standardization and the acquisition of the Standard Language in Poland" in *Slavonic Review* (pp. 91-98).